



Assembleia Municipal de Mação

Acta N.º 13 - 2021/2025

Data da Sessão : 29 de fevereiro de 2024

Início da sessão: 10:00 horas

Términus da Sessão: 13:00 horas

A respectiva ordem de trabalhos fica arquivada em pasta anexa à presente acta.

Membros da Assembleia Municipal de Mação presentes na sessão:

José Manuel Saldanha Rocha, José António dos Santos Almeida, Margarida Maria Marques Cardoso, Francisco Manuel Neto Dias Correia, César Augusto Mendes Dias, Vera Lúcia Marques da Silva, Catarina Alexandra Martins, Octávio Eusébio Rosa, Anabela Borralheiro, Carla Isabel Silva Loureiro, Cláudia Sofia Marques Cordeiro, Daniel Fernando Marques Lopes Jana, Luís da Silva Pires, Luís Filipe Dias, Rogério Paulo Marques de Matos, José Casimiro Gonçalves Pereira, Carlos Alberto Farinha Leitão, Carla Cristina Marques Martins, António Joaquim da Silva Alves, Rui Fernando Eusébio de Matos Dias, Patrícia Silva Matos

Faltas Justificadas:

Duarte Filipe Baptista de Matos Marques, Pedro Manuel Marques Jana, Andreia Alexandra Valério Baço, Luís Filipe Aparício Lopes, José Fernando Mendes Martins

Responsável pela elaboração da acta:

Nome: Maria Manuela Martins Filipe

Cargo: Assistente Técnico

Assembleia Municipal de Mação

**Acta N.º 8 - 2021/2025
29 de fevereiro de 2024**

-----INICIO-----

--- Aos vinte e nove dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e quatro, pelas dez horas, reuniu em sessão ordinária, no Auditório da Escola Sede do Agrupamento de Escolas Verde Horizonte, a Assembleia Municipal do Concelho de Mação, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

- 1) Informação do Presidente da Câmara, em cumprimento da alínea c) do nº 2 do artº 25 da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro.**
- 2) Análise e eventual deliberação sobre pedido de apoio da Junta de Freguesia de Ortiga;**
- 3) Discussão e votação de proposta de 1ª Alteração ao Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Mação, para o ano de 2024;**
- 4) Discussão e votação da 1ª Revisão Orçamental referente ao ano de 2024;**
- 5) Discussão e votação de proposta de contratação de Auditor Externo do Município de Mação;**
- 6) Discussão e votação de proposta de abertura de procedimento para Concessão do Parque de Campismo de Ortiga.**
- 7) Discussão e votação de proposta de abertura de procedimento para Concessão do Bar da Praia Fluvial de Cardigos;**
- 8) Discussão e votação de proposta de abertura de procedimento para Concessão do Bar da Praia Fluvial de Carvoeiro;**
- 9) Discussão e votação de proposta de abertura de procedimento para Concessão do Bar da Albufeira da Barragem de Ortiga;**
- 10) Discussão e votação de proposta de Regulamento Municipal do Uso do Fogo e de Limpeza de Terrenos;**
- 11) Discussão e votação de proposta de Regulamentos Gerais de Serviço da Tejo Ambiente;**
- 12) Discussão e votação de adesão à Associação de Municípios Portugueses do Vinho;**

Faltou a esta sessão, o vogal Duarte Filipe Baptista de Matos Marques, que justificou a sua falta em devido tempo e foi substituído pela vogal Anabela Borralheiro, o vogal Pedro Manuel Marques Jana que também justificou a sua falta em devido tempo e foi substituído pelo vogal Octávio Eusébio Rosa, a vogal Andreia Alexandra Valério Baço, o vogal Luís Filipe Aparício Lopes, que foi substituído pelo vogal José Casimiro Gonçalves Pereira e o vogal José Fernando Martins que foi substituído pela vogal Patrícia Silva Marques.

-----**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

Ainda antes do início do Período Antes da Ordem do Dia, o Sr. Presidente da Mesa deu a palavra ao Sr. Diretor do Agrupamento de Escolas, Dr. José António Almeida que deu as boas vindas aos presentes, referiu que é sempre um dia especial para o Agrupamento de Escolas quando tem a honra de receber aqui esta sessão da Assembleia Municipal e agradeceu na pessoa do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, o facto desta sessão da Assembleia Municipal se realizar mais uma vez nesta escola, e como responsável do Agrupamento de Escolas se sente muito satisfeito pois considera a mesma como uma aula de cidadania, que hoje é muito importante na educação e que vem enriquecer muito a experiência dos alunos para que se tornem cidadãos mais ativos e intervenientes e mais comprometidos.

Seguidamente deu uma pequena explicação aos alunos presentes sobre as funções e funcionamento da Assembleia Municipal, referindo que a mesma é um órgão deliberativo e que as duas funções essenciais da mesma são, a de fiscalização da atividade da Câmara e de recomendar à Câmara que faça determinadas ações que considere importantes para o desenvolvimento do Concelho. Explicou ainda a composição dos Órgãos e dos seus membros, a forma como se desenrola uma sessão de Assembleia Municipal e as funções de cada elemento na mesma.

O Sr. Presidente da Mesa referiu que é importante que todos compreendam que, apesar desta sessão da Assembleia Municipal decorrer na Escola Secundária e ter algumas intervenções que habitualmente não são usuais, a mesma não é uma simulação, é uma sessão real, apenas realizada num espaço diferente do habitual.

O Sr. Presidente da Mesa procedeu à instalação do vogal Luís Filipe Dias, com o Cartão de Cidadão 11614527, válido até 12 de agosto de 2031, que substituiu a vogal Andreia Alexandra Valério Baço, que justificou a sua fala em devido tempo.

Em seguida, o Sr. Presidente da Mesa colocou à discussão a acta referente à sessão ordinária de dezembro de 2023, a qual foi aprovada por unanimidade, não tendo votado a mesma os vogais Anabela Borralheiro e o vogal Luís Filipe Dias, que não estiveram presentes naquela sessão.

Continuou informando os presentes sobre a correspondência recebida, que ficou à disposição dos membros da Assembleia para consulta e posteriormente ser arquivada em pasta anexa.

--- A vogal Cláudia Cordeiro iniciou a sua intervenção agradecendo o facto desta sessão da Assembleia Municipal se realizar no Agrupamento de Escolas, sendo já uma tradição e referindo que é sempre um gosto estar aqui na Escola, sobretudo pelo potencial, ou seja, desempenhar o seu papel enquanto membro desta Assembleia Municipal é algo que a honra muito, que faz muito sentido para si, mas estar junto dos homens e mulheres de amanhã a desempenhar este seu papel cívico, tem sempre um significado especial e completamente diferente, sobretudo este ano em que comemoramos os 50 anos de Abril. Mais referiu que temos de olhar para a frente, mas não podemos, de maneira nenhuma, esquecer do que está para trás, temos de nos lembrar porque é que Abril aconteceu, temos de nos lembrar porque é que foi necessário desobedecer, não podemos desistir das conquistas que foram feitas e não podemos, de maneira alguma, duvidar daquilo que conseguimos e que, tantos homens e tantas mulheres sofreram tanto para conseguirem alcançar. Referiu ainda que, de amanhã a oito dias é o Dia Internacional da Mulher, as mulheres, hoje em dia, já têm um papel muito importante nesta sociedade, já conseguiram muitas conquistas e nós não podemos, de maneira nenhuma, deixarmos que nos tirem aquilo que já conseguimos. Continuou dirigindo-se aos jovens presentes, homens e mulheres do amanhã, afirmou ter fé neles e que os mesmos conseguirão honrar todos os seus antepassados, tudo aquilo que foi feito para que nós, hoje, possamos ter a vida que temos e que acredita que todos vão querer manter aquilo que foi conquistado, pois o “amanhã” está nas suas mãos. Terminou a sua intervenção referindo que os jovens nunca se

esqueçam de Abril, nem de quanto foi difícil dar-lhes aquilo que é, hoje em dia, a sua liberdade.

--- A vogal Carla Martins apresentou a seguinte intervenção, referindo que a mesma é uma posição da Junta de Freguesia de Carvoeiro, da qual é Presidente, sobre um assunto que está a preocupar a população daquela freguesia:

“A construção de uma estação elevatória de água junto ao Cemitério de Carvoeiro tem preocupado muito a população de Carvoeiro, pois apesar da empresa Tejo Ambiente garantir que o isolamento e a segurança da infraestrutura, impedindo qualquer contaminação de água através dos resíduos provenientes da decomposição de cadáveres, a Junta de Freguesia de Carvoeiro considera que a mesma põe em causa a saúde psicológica da população, que tem manifestado o seu desagrado, de forma tempestiva e generalizada e que já levou a uma queixa à Autoridade de Saúde, por parte de um cidadão desta freguesia. A posição da Junta de Freguesia não pode ser outra do que manifestarmo-nos contra esta construção, nesta localização, mas encontra-se aberta a encontrar uma solução mais viável, com os responsáveis da empresa detentora da obra.”

--- O vogal Daniel Jana iniciou a sua intervenção cumprimentando os presentes. Continuou a sua intervenção solicitando informação sobre andamento do projeto da creche e se ainda vamos ter este ano alguma novidade nesse sentido. Solicitou informação sobre a questão da Sala de Alunos que o Sr. Presidente já disse que estava “em cima da mesa”, se já há projeto e se será uma realidade no próximo ano letivo. Continuou referindo que, relativamente à habitação, qual é o ponto de situação do projeto Mais Habitação. Questionou sobre se já existe data para abertura dos campos de Padel e deixou a sugestão de colocação de alguns bancos naquela zona. Mais referiu que têm aberto alguns novos estabelecimentos comerciais no centro histórico de Mação, o que considera positivo, e questiona se está a ser dado algum apoio a estes empresários que escolheram o centro histórico da vila para realizarem os seus investimentos. Mais referiu que, para 10 estabelecimentos, um apoio de 200,00€ / mês, durante 2 anos, seriam cerca de 48.000,00€, durante 2 anos, o que para uma Câmara é insignificante e poderia ser uma ajuda importante para estas pessoas que escolhem o nosso centro da

vila para investirem. Referiu ainda que, quando foi aqui dada a informação sobre a instalação do parque eólico da Serra do Bando foi também dito que poderia haver algum tipo de contrapartida por parte da empresa e, nomeadamente, os acessos ao Parque de Merendas ainda está por intervencionar, estamos a chegar à primavera e considera que seria uma boa altura, até ao verão, de fazer a referida intervenção ou se já houve alguma contrapartida e em que moldes. Mais referiu que, relativamente às obras das redes de água levadas a cabo pela empresa Tejo Ambiente, sabe que já houve um prolongamento do prazo para reposição do pavimento asfáltico, em várias localidades do concelho e questiona se já há datas para essas obras e em que ponto está esta questão e se estas reposições são fiscalizadas pela Câmara, pois em alguns locais não ficam tão bem como deveriam ficar. Terminou a sua intervenção referindo que não podendo deixar de lembrar que estamos a comemorar os 50 anos do 15 de Abril, e que estamos numa escola pública que garante igualdade de oportunidades a todos e é a partir daqui que os jovens podem ser aquilo que quiserem, que sonharem e que trabalhem para o conseguir e isso é também uma grande conquista de Abril, que permite a todos uma igualdade de oportunidades, que os pais e avós destes jovens não tiveram.

--- O vogal César Dias informou que, a partir do dia 1 de março de 2024 serão abertas as candidaturas do Pedido Único, que é uma ajuda do IFAP às explorações agrícolas e à criação de novas explorações agrícolas, com subsídios e apoios diretos por hectare, sem grandes condicionantes e temos cerca de apenas um mês para elaboração das referidas candidaturas pelo que sugere que seja dado apoio do município para as mesmas e até mesmo a possibilidade dos técnicos, nomeadamente do GEMA, se poderem deslocar às freguesias, pois muitas pessoas não têm formas de se deslocarem. Mais referiu que, no nosso concelho, estas candidaturas têm aumentado muito e isso é excelente, pois são apoios muito bons para a recuperação da paisagem do nosso concelho que podem ser acumulados com outros que estão a ser disponibilizados por outras iniciativas apoiadas pela Câmara e são muito bons também porque são incisivos para apoios à agricultura e à floresta e os valores podem rondar os 1.000,00€ por hectare e onde se podem inserir todas as parcelas.

--- A vogal Carla Loureiro inicia a sua intervenção cumprimentando os presentes e agradecendo a presença de todos. Continuou a sua intervenção dirigindo-se aos jovens presentes e referindo que, nesta Assembleia, quando se dá a palavra ao público, é para os jovens presentes também intervirem e, por isso os mesmos devem pensar no que querem dizer, fazer os seus pedidos e as suas observações e a isto chama-se liberdade e só existe liberdade porque existiu o 25 de Abril de 1974, que não vos diz nada pois já todos nasceram muito depois. Mais referiu que também já nasceu depois do 25 de Abril de 1974, mas sempre ouviu o seu pai falar sobre isso e aconselha os jovens a ouvirem também os avós sobre Abril de 74, pois antes disso não podíamos estar aqui a falar desta maneira, não poderíamos afirmar desacordo com a Câmara ou com alguma medida tomada pelo Sr. Presidente da Câmara e agora podemos fazê-lo e isso é muito importante, mas não podemos esquecer uma coisa que é o respeito, pois podem não gostar de um colega, podem até dizer-lhe isso, mas têm de o respeitar e o mesmo se passa aqui, nesta Assembleia Municipal, tem de haver respeito, tem de haver liberdade com respeito, aqui, na escola, e em todos os locais onde as pessoas se relacionam.

Continua a sua intervenção referindo que uma das preocupações que aqui traz hoje se prende com o facto do Posto de Turismo estar fechado, apesar de saber que a Câmara tem perdido alguns funcionários por processos de mobilidade e reformas, isso devia ter sido previsto e, nesse sentido questiona sobre se está programada por alguém no Posto de Turismo pois acredita que há muitas pessoas que vêm de fora e é ali que pedem informações. Mais referiu que, outra coisa que a tem incomodado são os camiões a levar água para a Serra, existe um depósito de água na Serra, que já está feito, mas ainda não foi feita a ligação, as pessoas perguntam para quando será e aproxima-se o verão, com todos os problemas que traz nesta matéria. Terminou a sua intervenção referindo que existe a Casa das Associações, equipamento que deve ter um regulamento do qual não tem conhecimento e, caso não exista, deixa a sugestão que se faça, equipamento esse em que estão instaladas a Aflomação, a Amarmação, o GEMA, etc.. Mais referiu que a AZR é uma S.A., uma empresa com fins lucrativos e por isso questiona se fará sentido continuar instalada na Casa das Associações, independentemente de haver uma renda

ou não, e gostaria que o Sr. Presidente da Câmara referisse o que pensa desta situação e de como irá a mesma ser no futuro. Referiu ainda que, na sequência do que referiu anteriormente, começou a pensar que a Associação das Rotas de Mação é uma associação sem fins lucrativos, têm a sede neste edifício do Agrupamento que questiona se é propriedade da Câmara ou do Ministério da Educação e questiona também se existe algum protocolo que permita isto acontecer ou se faria sentido esta associação ter a sede social na Casa da Associações.

--- O vogal José António Almeida iniciou a sua intervenção fazendo um reconhecimento ao Sr. Presidente da Câmara e à Câmara Municipal por reconhecerem a importância da construção aqui de uma Sala de Alunos, com dignidade, com dimensão, capaz de acolher todas as necessidades dos alunos do Agrupamento. Mais referiu que já foi feito muito trabalho no sentido de que essa sala consiga concretizar aquilo que são as necessidades dos nossos jovens, já foi feito o trabalho prévio por um Gabinete de arquitetura e considera que este é um processo sem retorno, conforme já foi dito pelo Sr. Presidente da Câmara, e considera que vamos ter, com alguma celeridade, essa Sala de Alunos no Agrupamento. Continuou a sua intervenção referindo que o abrigo de passageiros existente neste momento para os alunos esperarem os autocarros é muito pequeno e insuficiente para o número de alunos que tem de apanhar o autocarro e considera que será possível, com custos moderados, acessíveis à Câmara, construir, dentro das instalações do Agrupamento, junto ao abrigo existente, um telheiro, com dimensões generosas, capaz para os alunos ali esperarem os autocarros, dentro das instalações, construindo uma porta que só funcionaria na altura de chegada e partida dos autocarros e com isto ganharíamos conforto e segurança, importante para os nossos alunos. Terminou referindo que, relativamente à temática do aumento de resposta para creche, pensa que vão ser criadas condições para que hajam respostas diferentes, mesmo em termos legislativos para isso e, nesse sentido, se sentirem que o Agrupamento de Escolas pode dar algum contributo na resposta desse problema, têm aqui total disponibilidade para ajudar a montar um modelo complementar ao que existe, alternativo ao que existe, como entenderem.

---O Sr. Presidente iniciou a sua intervenção cumprimentando os presentes e agradecendo a presença de todos. Continuou referindo que se associa às intervenções sobre os 50 anos de Abril no que diz respeito à liberdade e ao respeito que cada um merece, pois todos somos algo mais para além deste papel que aqui desempenhamos e há muitas pessoas que, infelizmente não conseguem e fazem questão de desrespeitar a pessoa que está por trás do político. E relativamente a este assunto informou que solicitou ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal a realização de uma sessão extraordinária, comemorativa dos 50 anos do 25 de Abril, que se realizará dia 25 de abril, pelas 16 horas.

Relativamente à intervenção da vogal Carla Martins sobre a construção da estação elevatória junto ao cemitério do Carvoeiro pela Tejo Ambiente, referiu que não tem conhecimento da data do início da obra e teve conhecimento da situação no dia 16 de fevereiro, através de uma mensagem de um cidadão de Carvoeiro, que remeteu para o Diretor Geral da Tejo Ambiente que lhe respondeu em termos técnicos relativamente à mesma, garantindo que não havia problemas em termos legais e outros, relativamente ao assunto e, na passada terça feira encontrou um Diretor da Tejo Ambiente e falou-lhe no assunto e ele respondeu que já tinha conhecimento de alguma polémica que estaria a existir relativamente à situação, a Autoridade de Saúde já tinha entrado em contacto com a Tejo Ambiente, provavelmente na sequência da queixa que foi feita. Mais informou que, nesse mesmo dia, à tarde, o Sr. Vereador Nuno Barreta levantou a questão na reunião de Câmara e recebeu da Junta de Freguesia uma carta para que a Câmara tome uma posição relativamente a este assunto. Referiu ainda que a Câmara irá tomar uma posição em relação ao assunto, na próxima reunião e tem conhecimento que vai haver uma reunião com diretores da Tejo Ambiente no sentido de tentar encontrar uma solução para amenizar a situação e está convencido que, com bom senso, poderá encontrar-se uma solução para o problema, e a Câmara estará sempre ao lado da população e tudo fará para a solução da questão.

Em relação às questões do vogal Daniel Jana e relativamente à creche, informou que está feita a candidatura, a Santa Casa tem o projeto elaborado e orçamentado, foi feita a candidatura ao PRR e pensa que as coisas estão agora a seguir o seu caminho normal e espera que haja obra já durante este

ano. No que diz respeito à Sala de Alunos, a mesma tem o ante projeto elaborado, já foi validado pela direção do Agrupamento, vamos passar ao projeto de execução, para que seja uma realidade no próximo ano letivo.

Em relação à questão da Habitação referiu que o prazo de março será efetivo, até final de março há a garantia que o projeto dos dois prédios para a urbanização de Portela do Vale estará pronto, a urbanização de Santo António foi um processo que arrancou um pouco mais tarde, mas considera que há boas condições para, durante o mês de abril, conseguirmos concretizar esse objetivo. Considera que as coisas estão a andar dentro daquilo que é mais ou menos o que estava previsto. Relativamente ao campo de padel informou que o mesmo está pronto, falta só a questão da ligação elétrica para ficar com luz autónoma, para poder funcionar até às 23 horas e pensa que será aberto para a próxima semana, bem como o Parque Infantil, para as crianças poderem começar a usufruir do mesmo. Mais referiu que foi uma boa sugestão a colocação de bancos naquela zona e será tida em conta. Relativamente aos apoios às entidades instaladas no centro da vila, referiu que a Câmara já deu apoios para negócios se instalarem, ali e noutros locais, temos um pedido de um dos empresários para apoio ao investimento, bem como um outro naquele local que já tem os formulários para fazer o pedido. Nos termos do Regulamento Municipal de Apoio ao Empresário, da Câmara Municipal de Mação, estão previstos alguns apoios (normalmente pavimentações), mas temos de ter também a perceção que há empresários que não necessitam desse apoio pois abriram estabelecimentos no centro da vila e o que está previsto no Regulamento são apoios ao investimento que vão para lá daquilo que era normal a Câmara apoiar e, nessa perspetiva, a Câmara está disponível para dar apoios, já o faz no passado e, seguramente, continuará a dar. Relativamente à questão que o vogal Daniel Jana levantou, de apoio à renda, é uma questão interessante que pode ser discutida e podemos, eventualmente, criar aqui uma questão para aqueles que não têm renda, que têm estabelecimento próprio e criar aqui uma equação diferente e depois ver se seria só no centro histórico ou também fora, mas considera que é uma discussão política que deve ser tida e que devemos ter abertura para o fazer, mas não temos de perceber também todas estas nuances. Relativamente ao Parque de Merendas e Miradouro informou que já deu indicações e espera que

até junho esteja feita a pavimentação daquele espaço, compromisso que tem com o Sr. Presidente da União de Freguesias. Mais informou que existe um Acordo escrito entre a Câmara e a empresa que fez a reformulação do Parque Eólico no sentido da mesma fazer ali alguns investimentos, naquela zona, que considera que devem ser consensualizados entre a Câmara e a União de Freguesias. Relativamente às obras da Tejo Ambiente, informou que aquilo que está previsto e a indicação que tem é que, até dia 30 de março estejam concluídas também as questões das pavimentações e espera que tudo se concretize, sendo certo que, em algumas situações as coisas não estão a correr da forma que a Câmara esperava e esse facto é bem visível.

Relativamente à intervenção do vogal César Dias sobre as candidaturas ao IFAP, referiu que fica a sugestão apresentada pelo mesmo, que recebeu com agrado e informou que foi feita há pouco tempo uma sessão de esclarecimento e, ao longo dos anos, a Câmara tem sempre incentivado esse tipo de candidaturas e apoiado de diversas formas, no sentido de apoiar o setor primário e tudo o que a Câmara puder fazer para incrementar ainda mais essas medidas, não deixará de o fazer.

Em relação às questões da vogal Carla Loureiro e relativamente ao facto do Posto de Turismo estar fechado, referiu que efetivamente há um tempo atrás estava lá um trabalhador a tempo inteiro, mas neste momento não temos condições para assim ser devido a algumas dificuldades que temos na gestão dos recursos humanos, com algumas aposentações, baixas e também por questões de justificação se, durante o dia, nesta época do ano, justifica ter lá uma pessoa a tempo inteiro e do ponto de vista da Câmara, nesta altura do ano, provavelmente não justificará, situação diferente poderá acontecer no verão. Mais informou que, ao fim de semana, o Posto de Turismo está aberto da parte da manhã. Relativamente aos camiões a levar água para a Serra, é uma situação que espera que fique resolvida com esta obra que está a ser feita e, para que as pessoas também saibam, se a Assembleia Municipal tivesse votado contra o EVEF, conforme a vogal Carla Loureiro e a bancada do Partido Socialista votou, não teria sido possível a Tejo Ambiente ter feito esta obra.

Relativamente à AZR referiu que esta é uma questão interessante que tem a ver com o conceito e com a filosofia do GEMA e da Sede das Associações pois aquele edifício nunca foi construído, por quem tomou a decisão de o fazer, para

ser sede de associações que não fossem aquelas que lá estão, associações que têm essa designação, mas que, efetivamente, desempenham um papel no nosso concelho muito diferente da que referiu, pois desempenham um papel de apoio à atividade, nomeadamente do setor primário e fazem-no há mais de 20 anos, estavam instaladas naquele espaço que todos conhecemos, sem as mínimas condições e aquilo que foi feito foi coloca-las num sítio adequado, com dignidade, aproveitando para recuperar 3 casas no centro histórico de Mação. Mais referiu que, relativamente à AZR, que era a pergunta, na penúltima reunião de Câmara levantou esse assunto e a questão que colocou foi se todos se sentiam confortáveis com a manutenção daquelas associações naquele espaço e a decisão da Câmara foi nesse sentido, como já tinha sido no passado e, nesse sentido, com exceção do Sr. Vereador Nuno Barreta, que referiu a questão em concreto da AZR ser uma S.A. e de visar o lucro, em abstrato, e portanto, poder estar ali a usufruir de um bem público para que os seus acionistas possam vir a receber lucros. Referiu que, na reunião de Câmara, disse que concordava com essa situação e que a Câmara iria oficial e conversar com o Presidente da AZR, no sentido de poderem pagar uma renda correspondente ao espaço que ocupam, pelo menos nesta primeira fase e disse também que considerava que a Melbandos, que é uma Cooperativa, também devia pagar renda, porque os cooperantes da mesma, “no fim do dia”, também têm lucro com o mel que vendem, como o Sr. Vereador Nuno Barreta e outros, situação diferente é a Acripinhal, a Aflomação e a Amarmação, e esta poderá ser discutível. Mais referiu que a Câmara irá por todas estas situações por escrito, calcular as respetivas áreas e pagarem uma renda, de acordo com o que é pago no GJAP e no Centro de Negócios, é uma situação que vai ser devidamente analisada para que as coisas fiquem regularizadas Referiu ainda que a filosofia foi esta, sendo certo que, até no que diz respeito à AZR e à Aflomação, pensa que há algum consenso em relação ao trabalho que está a ser desenvolvido e considera que devemos ter essa convicção, devemos ter a certeza daquilo que estamos a defender, ou não, porque se falarmos que está ali uma S.A., dito assim, parece que a Câmara está a dar um espaço “de borla” a uma S.A., para encher os bolsos dos acionistas e parece-lhe que não é isso que está a acontecer, pelo menos nesta primeira fase, mas pode-se discutir e

ter outras opiniões, pois estamos numa democracia e todas as opiniões são válidas.

Relativamente à propriedade do edifício da Escola Sede do Agrupamento, o referido edifício é propriedade da Câmara e já está devidamente registado, no âmbito da transferência de competências, pois uma das condições era que estes edifícios passassem para a propriedade das Câmaras Municipais.

Em relação à questão do abrigo de passageiros, considera que é uma questão que faz sentido e considera que a Câmara poderá fazê-lo na mesma altura em que se fizer as obras e considera que, se tudo correr bem, o início do verão será uma boa altura para se iniciar esse processo.

---A vogal Carla Loureiro referiu que considera que o assunto da AZR não morreu com a resposta do Sr. Presidente da Câmara, pois a AZR não tem lucros agora, mas no futuro há de ter e pensa que estão aqui numa situação em que devem definir, antes das coisas acontecerem, o que deve acontecer relativamente a este protocolo e à questão da AZR utilizar aquelas instalações. Mais referiu que entende perfeitamente que, se a Afloração é “dona” da AZR, é normal a mesma ter “nascido” ali, mas as coisas já se estão a começar a definir, portanto, considera que está na altura de definir onde vai ser a sede da AZR, tal e qual como considera que a Amarração não deveria ter a sua sede no Agrupamento de Escolas, tal e qual como entende que as Rotas de Mação não devem ter a sua sede no Agrupamento de Escolas e foi isso que motivou a sua pergunta, pois concorda que estas associações existam, que devemos ajudá-las ao máximo, mas a Câmara tem edifícios para dar resposta e as coisas devem estar definidas.

---O Sr. Presidente da Câmara referiu que considera que a vogal Carla Loureiro colocou a questão como a mesma deve ser colocada, a Câmara é o órgão competente para tomar estas decisões, a Assembleia Municipal fiscalizará e a Câmara tem de decidir se quer alterar aquilo que tem sido a prática, ao longo dos anos, de apoiar as associações desta forma, ou não o quer fazer. Mais referiu que, por outro lado, também é verdade que a Câmara não tem obrigação de ceder instalações para todas as associações que apareçam, mas obviamente que também concorda com a vogal Carla Loureiro no sentido da necessidade de haver uma clarificação quanto a esta matéria e, pessoalmente, até partilha da opinião de que devemos quanto mais separar as águas, melhor,

para evitar confusões, quer na Câmara, quer nas Juntas de Freguesia e seja onde for, com as associações, para que as coisas fiquem claras. Referiu ainda que não compreende porque é que as Rotas de Mação não podem ter sede num edifício municipal e as outras associações podem.

---O vogal José António Almeida interveio para referir que é necessário esclarecer a questão das Rotas de Mação e o Agrupamento de Escolas. Continuou referindo que as Rotas de Mação não têm 1 cm² na sede do Agrupamento para utilizar, as instalações são municipais, mas são de gestão do Agrupamento e enquanto tiver esta Direção, pode garantir que estas instalações não são só para a comunidade escolar, são para toda a comunidade e é por isso que o Mação Futebol Clube tem aqui karaté, é por isso que temos aqui dança, temos aqui yoga e temos aqui tudo aquilo que seja um serviço para a comunidade, porque são instalações municipais e que devem servir para toda a gente. Mais referiu que o Agrupamento tem um protocolo com as Rotas de Mação, porque as Rotas de Mação têm uma competência para formação em orientação e, na escola sede do Agrupamento e na escola básica existem dezenas de percursos fixos de orientação e os nossos alunos têm formação em orientação e o responsável por isso são as Rotas de Mação. Referiu ainda que as Rotas de Mação não têm nenhuma instalação, em lado nenhum e, o que foi disponibilizado pelo Agrupamento foi um endereço postal, de forma a receber a correspondência, o que lhe parece perfeitamente legítimo, e por isso, não considera correto levantar esta dúvida e beliscar uma associação que está a fazer um trabalho fantástico na promoção do concelho.

-----**PERÍODO DA ORDEM DO DIA**-----

1) Informação do Presidente da Câmara, em cumprimento da alínea c) do nº 2 do artº 25 da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro. -----

O Sr. Presidente da Mesa deu conhecimento também da lista de reclamações e processos judiciais em curso, litígios arquivados ou pendentes da Câmara Municipal de Mação. Foi também dado conhecimento da listagem de ordens de pagamento e faturas para pagamento.

Em complemento à informação prestada, o Sr. Presidente da Câmara referiu que já foi assinado o Contrato celebrado com o IRHU, no valor de cerca de 1,5 milhões de euros, para a construção de 12 novos fogos na Urbanização de

Santo António, que foi assinado na semana passada e completa esta primeira fase, ficando a faltar as habitações que estavam previstas para Cardigos e a remodelação dos dois apartamentos do Calvário, propriedade da Câmara Municipal de Mação. Mais informou que, com o apoio da Câmara e através do Contrato de Comodato que fizemos com a Associação Desportiva de Mação, foi feita uma candidatura ao IPDJ para remodelação da iluminação do Campo Municipal Agostinho Pereira Carreira, a mesma foi aprovada e a obra decorrerá entre maio e junho deste ano. Informou ainda que a Câmara viu aprovada a sua candidatura ao Radar Social, razão pela qual teremos aqui hoje uma alteração ao Mapa de Pessoal, para provir os lugares que são necessários para o efeito. Informou ainda que a Câmara foi notificada, esta semana, da possibilidade de termos no nosso concelho um novo CLDS 5G, num valor superior a 550.000,00€ e vão agora ser dados os passos necessários para concretização deste Contrato, e para o efeito a Câmara irá falar com as IPSS's do concelho. Terminou informando que, provavelmente, em maio ou junho, poderemos ter uma nova médica a trabalhar no nosso concelho e espera que o mesmo se venha a concretizar.

O Sr. Presidente da Câmara deu oralmente a informação solicitada pela vogal Carla Loureiro na sessão ordinária de dezembro de 2023, sobre os apoios financeiros dados pela Câmara às associações do concelho de Mação, durante o ano de 2023, referindo que posteriormente poderá fazer chegar a informação por escrito.

O Sr. Presidente da Mesa continuou os trabalhos informando que recebeu um mail de um munícipe que questionou se poderia colocar as suas questões por escrito, uma vez que não pode estar presente nas sessões desta Assembleia. Mais informou que foi respondido ao munícipe que poderá colocar as suas questões e as mesmas serão discutidas e respondidas. Mais referiu que recebeu também um outro mail, do Presidente da Direção da Associação Rotas de Mação, no qual informou sobre destruição de 2 placas das rotas na Ponte do Coadouro, pertencente ao percurso pedestre municipal PR9 “Rota do Penhascoso” e solicita que seja lavrado em acta um voto de repúdio desta Assembleia relativamente ao ato de vandalismo cometido.

O Sr. Presidente pôs à votação a admissão da proposta de voto de repúdio, que foi aprovada por unanimidade. Em seguida pôs à votação a proposta de voto de repúdio e a mesma foi aprovada por unanimidade.

O Sr. Presidente da Mesa continuou os trabalhos colocando à discussão o ponto 2) da Ordem de Trabalhos: **2) Análise e eventual deliberação sobre pedido de apoio da Junta de Freguesia de Ortiga;**

O Sr. Presidente da Câmara informou que a Junta de Freguesia de Ortiga solicitou apoio para a renovação do Parque Infantil daquela localidade que necessita de intervenção urgente e a Câmara, desde a primeira hora manifestou também disponibilidade para apoiar e, nesse sentido propõe que possamos apoiar com um montante de 6.500,00€ (seis mil e quinhentos euros), num valor de 50% do investimento que ali vai ser realizado pela Junta de Freguesia de Ortiga.

---O vogal José António Almeida deixou uma palavra de felicitação ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Ortiga por levar a efeito esta obra que é muito importante pois é um equipamento que vai ser usado por crianças e a segurança deve ser a primeira preocupação e aquele espaço já precisava mesmo de uma intervenção. Mais referiu que também felicita a Câmara por mais uma vez apoiar uma obra de uma Junta de Freguesia sem olhar à cor política das mesmas.

--- A vogal Carla Loureiro referiu que faz suas as palavras do vogal José António Almeida e a bancada do PS também concorda com este apoio. Mais referiu que, relativamente a todos os parques infantis espalhados por todo o nosso concelho, talvez a Câmara pudesse fazer, anualmente, uma inspeção aos mesmos, no sentido de alertar as Juntas de Freguesia se algo não estiver em condições, pois tem técnicos que poderão fazer esse trabalho.

--- Seguidamente o ponto 2) da Ordem de Trabalhos foi colocado à votação, tendo sido aprovado por unanimidade atribuir um apoio de 6.500,00€ (seis mil e quinhentos euros), à Junta de Freguesia de Ortiga.

Mais foi deliberado aprovar em minuta esta parte da acta para execução imediata.

O Sr. Presidente da Mesa continuou os trabalhos colocando à discussão o ponto 3) Ordem de Trabalhos: **3) Discussão e votação de proposta de 1ª**

Alteração ao Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Mação, para o ano de 2024;

O Sr. Presidente da Câmara informou que esta alteração ao Mapa de Pessoal é necessária para que a Câmara possa contratar, por um período de 27 meses, um licenciado em Serviço Social e em Gestão para dar resposta à candidatura que foi aprovada do Radar Social, pois a Câmara terá de ter técnicos nestas áreas.

--- Seguidamente o ponto 3) da Ordem de Trabalhos foi colocado à votação, tendo sido aprovado por unanimidade

Mais foi deliberado aprovar em minuta esta parte da acta para execução imediata.

Seguidamente o Sr. Presidente da Mesa colocou à discussão o ponto 4) da Ordem de Trabalhos: **4) Discussão e votação da 1ª Revisão Orçamental referente ao ano de 2024;**

O Sr. Presidente da Câmara iniciou a sua intervenção referindo que esta Revisão Orçamental já tinha sido anunciada na sessão ordinária de dezembro de 2023 desta Assembleia Municipal e que decorre daquilo que tem sido prática habitual no município de Mação, para que possa ser incrementado no Orçamento Municipal o valor do Saldo de Gerência de 2023, que ascende a 2.925.521,00€ (dois milhões, novecentos e vinte e cinco mil e quinhentos e vinte e um euros). Mais referiu que acrescentamos ao Orçamento o Contrato que a Câmara celebrou com o IRHU para Habitação Social, bem como a candidatura ao PRR para a extensão de saúde de Cardigos, que está devidamente contratualizado para que possamos reabilitar aquele espaço. Referiu ainda que isto faz com que o Orçamento Municipal ultrapasse, para o ano de 2024, os 22 milhões de euros, e que está de acordo com aquilo que também anunciou na passada sessão ordinária desta Assembleia. Mais informou que foram feitos os reforços das rubricas que a Câmara entendeu necessárias e que já tinha dito também na referida Assembleia, que algumas delas não estavam suficientemente dotadas e que iriam fazê-lo com esta Revisão Orçamental

--- Seguidamente o ponto 4) da Ordem de Trabalhos foi colocado à votação, tendo sido aprovado por unanimidade aprovar o Mapa de Fluxos de Caixa,

autorizar a utilização do Saldo de Gerência de 2023 e aprovar a 1ª Revisão Orçamental referente ao ano de 2024.

Mais foi deliberado aprovar em minuta esta parte da acta para execução imediata.

O Sr. Presidente da Mesa continuou os trabalhos colocando à discussão o ponto 5) da Ordem de Trabalhos: **5) Discussão e votação de proposta de contratação de Auditor Externo do Município de Mação;**

--- O Sr. Presidente da Câmara iniciou a sua intervenção referindo que a proposta que apresenta é que a Câmara possa manter o contrato que tem com a Amado & Gomes, SROC, Lda., que há muitos anos presta este serviço à Câmara Municipal de Mação e considera que o tem prestado de uma forma competente e, cumprindo os preceitos legais, haver a possibilidade de contratar este serviço a esta entidade, conforme informação dos serviços e proposta da Câmara.

--- A vogal Carla Loureiro referiu que a Lei diz que este procedimento tem de ser aprovado pela Assembleia Municipal, o ROC faz um trabalho de fiscalização, nomeadamente das contas da Câmara, e, nesse sentido, a bancada do Partido Socialista entende que esta contratação deveria preceder um concurso, porque isto é um assunto sensível, que envolve contas e, por uma questão de transparência, entende que deveria haver primeiro um concurso em que houvesse outras propostas e não a entrega direta a uma entidade, mesmo que já se trabalhe com ela há anos.

---O Sr. Presidente da Câmara referiu que, evidentemente, e como referiu na sua introdução, foram cumpridos os preceitos legais e a contratação será feita de acordo com aquilo que está estabelecido na Lei, mas respeita a opinião da bancada do Partido Socialista.

--- O vogal José António Almeida referiu que a bancada do Partido Social Democrata dá a sua total concordância a esta contratação pois são notórias as melhorias a partir do momento em que este ROC assumiu as suas funções e, garantidos todos os requisitos legais, a bancada do PSD está completamente de acordo com a manutenção deste técnico, nas funções que tem desempenhado.

--- Seguidamente o ponto 5) da Ordem de Trabalhos foi colocado à votação, tendo sido aprovado por maioria, com sete abstenções a contratação de Auditor Externo do Município de Mação.

O Sr. Presidente da Mesa continuou os trabalhos colocando à discussão o ponto 6) da Ordem de Trabalhos: **6) Discussão e votação de proposta de abertura de procedimento para Concessão da Exploração do Parque de Campismo de Ortiga.**

--- O Sr. Vereador Vasco Marques iniciou a sua intervenção referindo que a Câmara entende que a atividade empresarial estará em melhores mãos se estiver entre aos empresários e, com este procedimento pretende-se dar oportunidade a quem entender que conseguirá fazer melhor que aquilo que o município tem vindo a fazer nos últimos anos. Mais referiu que o Parque de Campismo tem, no seu entender, um potencial enorme, haja quem consiga dinamizar e rentabilizar aquele espaço que, durante tantos anos, foi um ponto de orgulho para a população de Ortiga e para todos nós maçaenses. Referiu ainda que, relativamente a este concurso, comparativamente com o anterior, a grande diferença é que estamos a concessionar somente o Parque de Campismo de Ortiga, que está situado junto à Praia Fluvial, mas a sua utilização não é sazonal, como o equipamento referido, mas é uma utilização anual e, partindo desta característica, entendeu-se que os espaços deveriam ser concessionados separadamente, tendo chegado à Câmara informação de potenciais interessados, que estariam interessados num dos espaços, mas não no outro e, por isso não serem forçados a concorrerem a ambos. Referiu ainda que, assim sendo, a Câmara voltou a separar, como já tinha feito no passado, a gestão dos dois espaços na esperança que os potenciais interessados consigam concorrer e tirar dali proveito para seu benefício económico, mas também para que todos nós possamos beneficiar de ter as condições necessárias para quem nos visita ficar alojado. Mais informou que, relativamente ao Parque de Campismo, a concessão proposta terá uma duração de dois anos, ou seja, depois da aprovação desta proposta, se a mesma acontecer, os serviços do município, possivelmente, durante o mês de março, irão “por na rua” o concurso, irá ser aberto o tempo para receção de propostas e esse procedimento irá estar concluído lá para maio, estando previsto que o novo concessionário esteja a trabalhar no dia 1 de junho de

2024. Informou ainda que esta concessão será por dois anos, o critério de adjudicação será a maior renda, sendo que está prevista uma caução para dar alguma garantia à Câmara para o caso de ser ali feito algo menos correto, no montante de 50% da renda anual, num montante mínimo de 5.000,00€, quantia que garante alguma segurança à Câmara.

---O vogal Daniel Jana solicitou informação sobre se os residentes que estão neste momento no Parque de Campismo de Ortiga estão lá com autorização ou não, e qual é a situação dessas pessoas neste momento. Solicitou também informação sobre qual será a situação do Parque de Campismo de Ortiga se o concurso ficar deserto, se ficará fechado ou a Câmara tem intenção de assumir a gestão do mesmo, se existe um compromisso por parte da Câmara de assumir o Parque de Campismo se o concurso ficar deserto.

---O vogal José António Almeida referiu que, não podendo ser como todos nós gostaríamos, que o Parque de Campismo fosse de gestão municipal, e não podendo ser no sentido de ser a Câmara Municipal a geri-lo, a coordená-lo, ficaria, no mínimo, três vezes mais caro do que sendo privado, até porque as obrigações que a Câmara tem, sendo ela a gerir, são muito exigentes e, não sendo possível a gestão municipal, considera que tem de haver o maior dos cuidados pra que aquele equipamento seja rentabilizado e que haja até respeito pela história que aquele equipamento tem. Mais referiu que houve alguns cuidados neste concurso, nomeadamente o período de concessão de 2 anos, um período curto que, nesta fase lhe parece de bom senso que assim seja e, por outro lado a compensação financeira, que na sua opinião até podia ser insignificante se fosse garantido o bom funcionamento daquele equipamento, pois considera que já era uma mais valia para o município haver alguém a por o Parque a funcionar com qualidade e sem encargos para a Câmara. Terminou referindo que, considerando que não há um risco elevado, a bancada do PSD vai votar favoravelmente a abertura do procedimento.

---O Sr. Vereador Vasco Marques referiu que, relativamente às pessoas que estão no Parque de Campismo de Ortiga, os mesmos têm equipamentos próprios, são utentes anuais, que ali estão há muitos anos, alguns desde que o Parque abriu e muitos deles têm a anuidade paga e não era muito correto, mesmo do ponto de vista legal, colocar na rua pessoas que pagaram o serviço por um ano e, por isso tentámos protege-las. Mais referiu que, por outro lado,

também entende que será uma mais valia, para um futuro concessionário, todos os utentes que consigamos garantir e estamos a tomar nota de todos os grupos que nos contactam com a intenção de virem para o Parque no verão, para quando houver um novo concessionário, passarmos esses contactos para tentar que o Parque volte a estar esgotado no verão, como era habitual há alguns anos. Referiu ainda que as pessoas que lá permanecem, estão lá de um ponto de vista legal e também de um ponto de vista de futuro rendimento financeiro a um futuro concessionário e foram informadas que o Parque, neste momento ficou abandonado pelo antigo concessionário, que irá haver novo concurso e estão um pouco por sua conta, numa situação transitória, até que se resolva a questão do concurso e da possibilidade de um novo concessionário, que irá estabelecer com eles um novo tipo de contrato. Mais referiu que, para a Câmara, estar lá alguém, no seu entendimento, também é bom, porque o facto de haver lá pessoas a dormir faz com que todo o Parque esteja vigiado e que estejam lá pessoas que se preocupam com o mesmo e que zelam, pois as pessoas que lá estão gostam do Parque e têm mantido o mesmo limpo de folhas e estão a tratar dele como sendo também um pouco seu pois vivem lá há muitos anos e é importante, deste ponto de vista, que eles lá permaneçam. Relativamente à segunda questão do vogal Daniel Jana, referiu que, neste concurso não há valor mínimo para a renda e esse facto permite que, caso haja um interessado, o mesmo possa ganhar a concessão por um valor simbólico, pois como referiu o vogal José António Almeida, a renda não é o mais importante para a Câmara, mas sim que o espaço funcione bem e quer acreditar que, pelos contactos que já chegaram à Câmara, que irá surgir alguém que tenha visão para este negócio e consiga rentabilizar o espaço, mas se o concurso ficar deserto havemos de reunir todos e outras decisões poderão ser tomadas pelos órgãos competentes mas crê que isso não irá acontecer.

--- Seguidamente o ponto 6) da Ordem de Trabalhos foi colocado à votação, tendo sido aprovado por maioria com 8 abstenções, a proposta de abertura de procedimento para a concessão do Parque de Campismo de Ortiga, bem como o respetivo Caderno de Encargos.

Mais foi deliberado aprovar em minuta esta parte da acta para execução imediata.

Seguidamente o Sr. Presidente da Mesa colocou à discussão o ponto 7) da Ordem de Trabalhos: **7) Discussão e votação de proposta de abertura de procedimento para Concessão do Bar da Praia Fluvial de Cardigos;**

--- O Sr. Vereador Vasco Marques referiu que vai apresentar em conjunto o ponto 7), 8) e 9) da Ordem de Trabalhos que depois serão votados separadamente. Continuou a sua intervenção referindo que estes procedimentos para as concessões dos Bares das Praias Fluviais do nosso Concelho têm cadernos de encargos idênticos. Mais referiu que as praias fluviais são espaços que têm tido, ao longo dos anos, muita afluência de pessoas, tem corrido bem e podemos considerar que é um assunto que já está estabilizado e os cadernos de encargos aqui presentes tem muito daqueles que têm funcionado no passado, de uma forma tranquila, destacando apenas, para o caso de Cardigos e Carvoeiro, porque estão obrigados a ter nadador-salvador e tem havido muita dificuldade, nos últimos anos em conseguir contratar nadadores-salvadores, o que pode por em causa a atividade comercial e consequentemente não haver interessados nestes concursos e haver o risco do concurso ficar deserto e, de modo a evitar isso, a Câmara entendeu que, para as praias fluviais de Cardigos e Carvoeiro, iria assumir a contratação de nadadores-salvadores para o período de vigência da concessão. Referiu ainda que a Câmara Municipal de Mação faz parte da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo e essa entidade tem um processo de contratação de nadadores-salvadores disponível para os municípios e a Câmara está a preparar um procedimento, via Comunidade Intermunicipal, para recorrer a essa bolsa de empresas que têm nadadores-salvadores para prestarem serviço nas nossas praias fluviais, desonerando os futuros concessionários dessa responsabilidade. Referiu ainda que o que é proposto nestes cadernos de encargos é, a obrigatoriedade de funcionamento dos bares durante toda a época balnear, de início de junho até setembro, o horário de funcionamento será das 9h às 19h, que é o horário dos nadadores-salvadores, o que não quer dizer que o bar não possa ter atividades fora desse horário, se assim o entender e possa fazê-lo. Mais referiu que a gestão da praia é tratada pelo município em conjunto com as Juntas de Freguesia, sendo que a parte que é concessionada é a zona dos bares, armazéns e mais algum edifício existente, fazendo parte dos cadernos de encargos um mapa da respetiva

praia, com indicação do espaço a concessionar e a concessão terá uma duração de 8 meses, que têm a ver com o tempo deste mandado autárquico, iniciando-se no dia 1 de junho, com possibilidade de renovação uma vez, se as partes estiverem de acordo, sendo duas épocas balneares, depois haverá eleições autárquicas e, quem vier a seguir terá o inverno para tomar decisões nesta matéria. Referiu ainda que o valor mínimo das rendas será 1.000,00€, uma vez que foi retirado o valor da contratação do nadador-salvador, que ficará da responsabilidade da Câmara e a caução será de 50% do valor proposto e a renda deverá ser paga em 4 vezes, pois é quando há retorno financeiro.

---O vogal Luís Dias referiu que, com as condições apresentadas, para a praia fluvial de Carvoeiro vai ser difícil que haja concorrentes à concessão, conforme tem sido nos últimos anos, tendo mesmo, no último ano, de ser a Junta de Freguesia a responsabilizar-se pela abertura do bar e funcionamento daquela praia fluvial e se o concurso ficar deserto, qual será o procedimento que a Câmara irá adotar.

---O Sr. Vereador Vasco Marques referiu que acredita que vão aparecer candidatos à concessão do bar da praia fluvial de Carvoeiro, porque não haverá o encargo com o nadador-salvador que era muito significativo e, além disso a Câmara promove sempre atividades nas praias fluviais que vão atrair público às mesmas, vai divulgar as praias, ainda ontem foram divulgadas na BTL e, com tudo isso, acredita que haverá interessados na exploração da mesma. Mais referiu que, se o concurso ficar deserto, terá de voltar a reunião de Câmara para se debater o assunto e haveremos, em conjunto, de encontrar uma solução, mas quer crer que assim não será e que vai aparecer alguém interessado na concessão daquele bar.

--- Seguidamente o ponto 7) da Ordem de Trabalhos foi colocado à votação, tendo sido aprovado por unanimidade a proposta de abertura de procedimento para a concessão do Bar da Praia Fluvial de Cardigos, bem como o respetivo Caderno de Encargos.

Mais foi deliberado aprovar em minuta esta parte da acta para execução imediata.

O Sr. Presidente da Mesa continuou os trabalhos colocando à discussão o ponto 8) da Ordem de Trabalhos: **8) Discussão e votação de proposta de**

abertura de procedimento para Concessão do Bar da Praia Fluvial de Carvoeiro;

--- Seguidamente o ponto 8) da Ordem de Trabalhos foi colocado à votação, tendo sido aprovado por unanimidade a proposta de abertura de procedimento para a concessão do Bar da Praia Fluvial de Carvoeiro, bem como o respetivo Caderno de Encargos.

Mais foi deliberado aprovar em minuta esta parte da acta para execução imediata.

O Sr. Presidente da Mesa continuou os trabalhos colocando à discussão o ponto 9) da Ordem de Trabalhos: **9) Discussão e votação de proposta de abertura de procedimento para Concessão do Bar da Albufeira da Barragem de Ortiga;**

--- Seguidamente o ponto 9) da Ordem de Trabalhos foi colocado à votação, tendo sido aprovado por unanimidade a proposta de abertura de procedimento para a concessão do Bar da Albufeira da Barragem de Ortiga, bem como o respetivo Caderno de Encargos.

Mais foi deliberado aprovar em minuta esta parte da acta para execução imediata.

O Sr. Presidente da Mesa continuou os trabalhos colocando à discussão o ponto 10) da Ordem de Trabalhos: **10) Discussão e votação de proposta de Regulamento Municipal do Uso do Fogo e de Limpeza de Terrenos;**

O Sr. Presidente da Câmara referiu que este regulamento será, com certeza, útil para a Câmara ter outro poder de intervenção, independentemente do que a Lei geral já diz, relativamente àquilo que é a gestão do fogo, das queimadas, da limpeza de sobrantes e também, muito particularmente, aquilo que é a limpeza dos terrenos. Mais referiu que, de alguma forma, este regulamento transpõe aquilo que é a Lei geral, mas que, de alguma forma, é adaptado à nossa realidade, vindo também aquilo que deverão ser os procedimentos, obrigações e direitos dos particulares, ficando todos mais habilitados a fazermos uma intervenção numa área que tem alguma sensibilidade e que deve merecer a atenção de todos nós.

---O vogal Daniel Jana solicitou informação sobre se a comunicação para fazer queimadas se continua a fazer através da aplicação, se continua tudo igual neste assunto.

---O Sr. Presidente da Câmara referiu que continua tudo igual e, algumas vezes verifica-se alguma dificuldade em relação a essa matéria e as pessoas têm-se queixado. Mais referiu que, se tiverem conhecimento de pessoas com essas dificuldades, entrem em contacto com o Gabinete Florestal, com algum vereador ou mesmo consigo para se tentar fazer a ponte, pois têm havido bastantes queixas de pessoas que não conseguem fazer essa comunicação.

---O vogal Daniel Jana referiu que, como as Juntas de Freguesia são uma entidade com um papel a desempenhar neste regulamento, considera que, apesar de já o fazerem, ficaria bem terem sido consultadas antes da elaboração do documento.

--- O Sr. Presidente da Câmara referiu que esta proposta de regulamento foi presente na Comissão Municipal de Proteção Civil, mas fica a nota da referência do vogal Daniel Jana.

--- Seguidamente o ponto 10) da Ordem de Trabalhos foi colocado à votação, tendo sido aprovado por unanimidade a proposta de Regulamento Municipal do Uso do Fogo e de Limpeza de Terrenos

O Sr. Presidente da Mesa continuou os trabalhos colocando à discussão o ponto 11) da Ordem de Trabalhos: **11) Discussão e votação de proposta de Regulamentos Gerais de Serviço da Tejo Ambiente;**

O Sr. Presidente da Câmara referiu que estes são os Regulamentos Gerais dos Serviços da Tejo Ambiente, que determinam a operacionalização dos serviços prestados pela Tejo Ambiente em termos de resíduos sólidos urbanos, do abastecimento de água e saneamento que já foram aprovados pelas Câmaras Municipais, estiveram em discussão pública e necessitam agora de ser aprovados pela Assembleia Municipal para entrarem em vigor.

---A vogal Cláudia Cordeiro lamenta que não faça parte destes regulamentos nenhum apoio às IPSS's, nomeadamente com uma tarifa especial, que poderia vir aqui integrada pois as nossas IPSS's e Santas Casas da Misericórdia têm um papel muito importante de proteção social, no combate ao abandono e, após a pandemia ficaram um pouco fragilizadas e vulnerabilizadas. Mais referiu que tem conhecimento que o município ajuda, mas uma coisa é esse apoio dado pelo município enquanto entidade pública e outra coisa é uma empresa como a Tejo Ambiente assumir a sua responsabilidade social para com estas instituições que são frágeis e necessitam de apoio.

---O Sr. Presidente da Câmara referiu que não vai contrariar aquilo que disse a vogal Cláudia Cordeiro e referiu que, por a Câmara perceber essa fragilidade daquilo que são as definições macro da empresa, que é uma empresa de capital exclusivamente público e assim está determinado nos seus estatutos e, sabendo isso, cada município faz, depois, a sua gestão, conhecendo a sua realidade. Mais referiu que não há, da parte da empresa, nenhuma má vontade em relação às IPSS's nem a ninguém, por razões óbvias, mas há também compromissos e acordos que estão assumidos, nomeadamente com a ERSAR e não só, e obrigações a que estamos vinculados e, em relação à ERSAR, as coisas não são fáceis, relativamente às tarifas e, às vezes as coisas não são como nós queremos, mas são como têm de ser. Mais referiu que, na altura que propôs a adesão a esta empresa intermunicipal, referiu que esperava que, a médio e longo prazo, se percebesse que era bom para o concelho, continua com essa convicção, mas partilha também da preocupação da vogal Cláudia Cordeiro e daí a Câmara apoiar como apoia, daí a Câmara ter outros incentivos e apoios às famílias e às pessoas, percebendo que não há, realmente, por parte da empresa, a capacidade de resposta que, eventualmente, deveria haver.

--- Seguidamente o ponto 12) da Ordem de Trabalhos foi colocado à votação, tendo sido aprovado por unanimidade aprovar os Regulamentos Gerais de Serviço da Tejo Ambiente.

O Sr. Presidente da Mesa continuou os trabalhos colocando à discussão o ponto 12) da Ordem de Trabalhos: **12) Discussão e votação de adesão à Associação de Municípios Portugueses do Vinho;**

O Sr. Presidente da Câmara referiu que esta proposta de adesão tem um valor de 1.000,00€ anuais, até pode parecer um pouco estranha pois não temos muitos produtores de vinho, mas entendemos que esta Associação de Municípios é mais do que a questão do vinho, é também o mundo rural, os produtos endógenos. Mais referiu que há muitos anos que vêm falando connosco, percebendo as características do nosso concelho, no sentido de podermos aderir a esta Associação de Municípios e, tendo em conta o valor em causa e tendo também em conta a particularidade do nosso território e aquilo que são os objetivos desta Associação, considera que faz sentido podermos aderir à mesma.

--- Seguidamente o ponto 12) da Ordem de Trabalhos foi colocado à votação, tendo sido aprovado por unanimidade a proposta de adesão à Associação de Municípios Portugueses do Vinho.

-----**PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**-----

SANDRA GIL

Presente nesta sessão da Assembleia Municipal, a munícipe Sandra Gil, residente em Ribeira de Boas Eiras, que referiu que, quando a Câmara arranhou as fontes da aldeia, há alguns anos, colocou água nessas fontes, as manilhas junto ao muro da sua casa partiram-se e não foram substituídas e, quando chove, a água, em vez de passar pelas manilhas, passa por cima, e gostaria de saber quando é que a Câmara poderá resolver esta situação, uma vez que já foi solicitado várias vezes, já foram ao local técnicos da Câmara, mas o problema ainda não foi resolvido e está cada vez pior.

MARIA BEATRIZ

Presente nesta sessão da Assembleia Municipal, a aluna Maria Beatriz, residente em Mação, que referiu que vai a pé para a sua casa e todos os dias passa no passeio da estrada junto à creche e o mesmo tem o piso muito irregular, em muito mau estado, tendo já lá caído e gostaria que o mesmo fosse reparado. Continuou a sua intervenção solicitando informação sobre o ponto de situação do Parque de Campismo de Ortiga.

GUILHERME MATOS

Presente nesta sessão da Assembleia Municipal, o aluno Guilherme Matos, residente em Mação, que iniciou a sua intervenção agradecendo à Câmara as melhorias realizadas na Pista da Boavista, que considera ter cada vez melhores condições. Continuou a sua intervenção referindo que teve conhecimento que foi feito um regulamento de utilização da Pista da Boavista, para diversos eventos, mas o clube que controlava o acesso à pista continua a fazê-lo, talvez porque o regulamento é recente, mas uma vez que o controlo passou a Câmara, questiona se o clube não deveria ser avisado dessa questão.

MARTIM MARQUES

Presente nesta sessão da Assembleia Municipal, o aluno Martim Marques, residente em Queixoperra que iniciou a sua intervenção deixando uma palavra de apreço pela educação em Mação, que continua a providenciar atividades e

aulas como esta que é enriquecedora para os alunos. Continuou a sua intervenção referindo que, nesta altura, verificamos um grande acréscimo de interesse das pessoas que vivem nas grandes cidades, relativamente ao interior e questiona a Câmara sobre o que, a par das Rotas de Mação e das Praias Fluviais que são bem conhecidas e têm trazido turistas, mais faz para que as pessoas possam vir a Mação e para que estes turistas apoiem os pequenos empresários de Mação, que precisam disso. Mais referiu que considera haver um problema que se prende com as Rotas de Mação é que as pessoas que vêm fazer as rotas não se interessem tanto pelos interiores das povoações pois as rotas passam fora das povoações e as pessoas que as fazem não vão muito às povoações, como verifica na sua aldeia, que tem uma rota que passa próximo da povoação, mas as pessoas que a fazem não vão ao centro da povoação e o café de Queixoperra precisa do apoio dessas pessoas.

--- O Sr. Presidente iniciou a sua intervenção agradecendo todas as questões colocadas pelos alunos. Continuou apresentando as suas desculpas pela situação referida pela munícipe Sandra Gil, que já é antiga e vai pedir aos serviços técnicos que voltem ao local para se perceber o que está em causa, pois já teve uma informação dos técnicos que lhe disseram que o problema era muito mais complicado do que, à primeira vista, parecia, mas vai ser analisado de novo para se tentar resolver o problema.

Relativamente à questão colocada pela aluna Maria Beatriz referiu que o passeio referido tem de estar em bom estado e, se não está, tem de ser reparado e estar em boas condições e vai providenciar para que seja feito.

Em relação à questão do aluno Guilherme Matos referiu que as Normas de Funcionamento da Pista da Boavista foram feitas porque havia muitas confusões, há muitos anos e foram feitas para esclarecer as situações e dizem duas coisas:

- se for o pedido de utilização feito à Câmara, poderá não haver lugar a pagamento se não for necessário nenhum gasto por parte da Câmara.
- se o pedido for feito ao clube e for o clube a fazer a gestão do piloto que venha utilizar a Pista, se houver investimento é uma questão entre o clube e o respetivo piloto.

Mais referiu que o que aconselha é que, quando o Guilherme quiser utilizar a Pista, faz o pedido à Câmara e a mesma decidirá, conforme o que está previsto

em termos das Normas de Funcionamento da Pista. Mais referiu que o que as Normas preveem é que, se o clube tiver encargos com o arranjo da pista ou água para regar a pista, aí são questões que têm de ser articuladas entre os pilotos e o clube, mas se for feito o pedido à Câmara, funcionará com previsto nas Normas.

Relativamente à intervenção do aluno Martim Marques, referiu que foi uma boa questão que o mesmo levantou, mas às vezes aqui a pergunta é como é que n'ós conseguimos fazer para que as coisas possam ser de maneira diferente. Mais referiu que, no caso da rota da Queixoperra, a mesma até começa junto ao café da aldeia, com o espírito que as pessoas deixem lá o carro e depois até consomam algo, pois o que as Rotas e todos nós queremos é que as pessoas, quando vêm, não passem, tragam a lancheira, comam, deixem o lixo algumas vezes e se vão embora sem deixar nada nas terras, que é o que muitas vezes acontece. Referiu ainda que temos, todos, de tentar encontrar formas de cativar as pessoas a irem até ao centro das terras. Informou ainda que, no caso concreto da Queixoperra está previsto a reabilitação do espaço da associação até para fazer um espaço de memória, que é uma forma também de criar atratividade naquele local. Mais referiu que há, para além das Praias Fluviais, há outros motivos de interesse no nosso concelho, nomeadamente os miradouros, o baloiço, o que estamos a prever fazer na Serra de Santo António, a questão do espelho de água, de forma a tentar criar outros motivos de interesse para que as pessoas não passem só nas rotas ou nas praias e considera que a Câmara tem tentado e conseguido fazer isso. Referiu ainda que, para além destas iniciativas, a Câmara tem feito um investimento grande na promoção do concelho com outro tipo de iniciativas, nomeadamente, em abril vamos ter cá o Rally Rail, com pilotos de renome, que fazem o Dakar, que vai também ajudar a promover o nosso concelho, bem como as provas de Rallicross, a prova de Trial 4x4, provas de atletismo, etc. Termina referindo que, às vezes, também lhe custa um pouco que não haja acompanhamento dos privados, em termos de restauração e alojamento, para acompanhar este esforço que a Câmara faz e as associações fazem, no sentido de promover o concelho, porque aí sim, muitas vezes a Câmara, as Juntas e as Associações fazem um esforço e depois as pessoas vão comer a outro lado e dormir a outro

lado porque no concelho, infelizmente, não há resposta e aí já é difícil serem os poderes públicos a poderem dar esse impulsos para as coisas se resolverem.

--- O Sr. Vereador Vasco Marques referiu que, relativamente à questão da Maria Beatriz sobre o Parque de Campismo de Ortiga, o verão passado trouxe-nos uma experiência menos bem sucedida no que diz respeito ao mesmo e todos percebemos isso, tendo a Câmara tentado resolver o problema que ali estava, pois o mesmo não estava a funcionar da melhor forma e em virtude disso foi cancelada a concessão que vigorava no Parque de Campismo. Mais informou que, neste momento, hoje mesmo vai ser votado um novo procedimento com vista à concessão do Parque de Campismo, que é um dos pontos da ordem de trabalhos desta sessão da Assembleia Municipal e vamos confiar que, em resultado do concurso que espera que venha a ser aqui aprovado, o próximo verão decorra melhor do que o anterior e que o Parque de Campismo volte a ter o sucesso que conheceu nos últimos anos.

-----**ENCERRAMENTO**-----

--- E nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente da Mesa dá por encerrada a sessão e desta foi lavrada a presente acta que vai ser assinada na forma legal.

